

---

## Maria Teresa Horta jornalista: percurso, memória e circunstâncias

*Maria Teresa Horta journalist: professional path, memories and circumstances*

**Maria João Faustino**

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cp/635>

DOI: 10.4000/cp.635

ISSN: 2183-2269

### Editora

Escola Superior de Comunicação Social

### Refêrencia eletrónica

Maria João Faustino, « Maria Teresa Horta jornalista: percurso, memória e circunstâncias », *Comunicação Pública* [Online], Vol.9 n15 | 2014, posto online no dia 30 junho 2014, consultado o 21 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cp/635> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cp.635>

---



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

---

# Maria Teresa Horta jornalista: percurso, memória e circunstâncias

*Maria Teresa Horta journalist: professional path, memories and circumstances*

**Maria João Faustino**

---

## EDITOR'S NOTE

Recebido: 18 Março 2014

Aceite para publicação: 7 Abril 2014

## AUTHOR'S NOTE

Recupera-se neste artigo parte da investigação realizada no âmbito de uma tese académica em Jornalismo, desenvolvida na Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, em Dezembro de 2013. Agradecemos os comentários, que tanto enriqueceram este trabalho, do Professor Doutor José Luís Garcia, orientador da dissertação, assim como da arguente principal, a Doutora Teresa Duarte Martinho. Reiteramos os agradecimentos a Maria Teresa Horta por toda a disponibilidade demonstrada, sem a qual esta pesquisa não teria sido possível.

## Introdução

- 1 O propósito que orienta o presente artigo prende-se com a dimensão jornalística da biografia de Maria Teresa Horta (n. 1937), por razões que cabe antecipar. Começamos por referir o valor histórico do seu testemunho. A poetisa foi um dos rostos do movimento de reforma, lenta e progressiva, em que “as mulheres finalmente conquistaram *um quarto que seja seu na redacção*” (Correia e Baptista, 2007, p. 382 – itálico no original). O jornalismo,

como as demais áreas de produção cultural e de organização do espaço público, começou por ser um espaço de homens, realidade profundamente díspar da que hoje testemunhamos no recorte da profissão em Portugal. A evolução do jornalismo cumpriu dois grandes movimentos de mutação – a feminização e o rejuvenescimento –, cujo princípio de mudança é possível vislumbrar nas décadas de 60 e 70 do século XX, nos anos que antecederam o término do Estado Novo e o advento do regime democrático em Portugal (Garcia, 2009, p. 73). Maria Teresa Horta foi uma das mulheres em causa, a par de outros vultos que contribuíram para alterar as redacções dos jornais e o próprio jornalismo. Se a entrada de mulheres na imprensa não é um fenómeno absolutamente novo – lembremos Maria Lamas (1893-1983), autora do testemunho jornalístico e antropológico *As Mulheres do Meu País* (Fiadeiro, 2003), ou a presença inaugural de Virgínia Quaresma (1882-1973) –, é no contexto dos anos 60 e 70 do século XX que a presença feminina assume expressão significativa e que extravasa as balizas das publicações femininas para se inserir na imprensa generalista (Ventura, 2012, p. 21).

- 2 Compreender que circunstâncias permitiram a entrada das mulheres nos meios jornalísticos revela-se um contributo enriquecedor tanto para a história das mulheres como para a história do jornalismo. O mapeamento das figuras femininas, das suas circunstâncias de partida, dos seus horizontes motivacionais, permite uma melhor reconstrução da história da profissão em Portugal, e cumpre a função de recuperação da memória, impedindo que estas mulheres sejam diluídas em tratamento estatístico, ou secundarizadas em nota de rodapé de um tempo em que eram, de facto, minoria. Tal é, pensamos, de absoluta pertinência para a questão da feminização do jornalismo: perceber que condicionalismos existiam, numa história recente, relativamente ao acesso à profissão e ao exercício desta, e de que forma foram vencidos, é empreendimento imprescindível para a compreensão da realidade de hoje. Tarefa de facto premente, uma vez que os dados indicam que a feminização da profissão esconde a perpetuação de assimetrias (Subtil, 2009).
- 3 A história contada de Maria Teresa Horta encerra simultaneamente valor em si mesma e potencial de desvelamento das estruturas, dos códigos e dos movimentos de que fez parte. As narrativas singulares cumprem duas funções basilares: a de se contarem a si próprias, e a de contarem o espaço, o tempo e os actores que as envolvem. Deste modo, para que o individual permita o acesso parcial mas não se dilua no colectivo, cumpre identificar os perfis e os percursos das mulheres que protagonizaram o movimento de transformação do jornalismo.
- 4 Testemunho vivo de uma transição, tal por si só bastaria para que valesse a pena traçar-lhe o trajecto, perscrutar-lhe as memórias, conhecer-lhe as práticas e as publicações. Ademais, o seu testemunho surge enriquecido e privilegiado pela dimensão acrescentada da projecção que conheceu no mesmo período, resultante da publicação do livro de poesia *Minha Senhora de Mim* (1971) e, sobretudo, das *Novas Cartas Portuguesas* (2010 [1972]), obra de autoria partilhada com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa. Assim, não só testemunhou como viveu na primeira pessoa a repressão política e o condicionamento censório – na sua dupla expressão, literária e jornalística. Vivenciou, intimamente, a repressão jornalística da altura, não apenas devido ao exame prévio, que então abrangia, transversalmente, todos os profissionais do jornalismo, mas porque, graças à exposição conferida pela obra poética dada à estampa em 1971 e, sobretudo, ao processo judicial que se seguiu à publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, esteve no centro de tentativas e

pressões políticas tendo em vista o despedimento, que culminaram na proibição de assinar.

- 5 Acresce ainda que a narrativa do seu percurso jornalístico surge engrandecida quer pela longevidade quer pela diversidade de publicações em que trabalhou: em cerca de quatro décadas de exercício profissional, atravessou diferentes conjunturas sociais e económicas, com profundas implicações nos órgãos de comunicação e na organização profissional do jornalismo. Relewa-se, ainda, o ter sido fundadora e chefe de redacção, por mais de uma década, da revista *Mulheres*, uma publicação de características singulares na história da imprensa em Portugal. Acrescente-se, finalmente, a dimensão da sua obra literária – legado que abarca títulos como *Minha Senhora de Mim* (1972), *As Palavras do Corpo* (2012) e *As Luzes de Leonor* (2013) –, a par da marca indelével por si inscrita no feminismo em Portugal.
- 6 Procuraremos traçar a cronologia profissional, tentando também revelar elementos da estrutura sociológica do seu exercício. Operamos, para tal, uma subdivisão no presente texto: antes e depois do 25 de Abril de 1974, uma vez que a restauração das liberdades públicas (através, em particular, da abolição da censura) implicou a remodelação de pilares centrais da definição profissional do jornalismo, ao mesmo tempo que redefiniu a situação jurídica da mulher. Tentaremos dar conta dos vínculos profissionais estabelecidos, dos projectos abraçados, dos condicionalismos enfrentados, dos contextos conhecidos. Ao fazê-lo, enquadraremos o labor de anamnese nos elementos históricos, no sistema de relações entre pares, nos contextos de prática profissional. Seguiremos, então, as linhas sumárias das diferentes estruturas editoriais percorridas por Maria Teresa Horta, delineando o quadro mais vasto da sua prática profissional: os referentes legais, a ambiência social e o fundo ideológico que condicionaram a prática jornalística nos diversos momentos da sua carreira. Para tal, foi levada a cabo uma série de quatro entrevistas, realizadas nos dias 30 de Julho, 15 de Agosto, 22 de Agosto e 29 do mesmo mês do ano de 2013<sup>1</sup>. Acrescentou-se, ainda, um contributo de pesquisa documental, pela consulta dos suplementos *Literatura e Arte* publicados entre Março de 1968 e Março de 1972. Foram também consultados a revista *Mulheres* (partindo do número publicado em Maio de 1978 e terminando na publicação de Fevereiro de 1989), o jornal *O Diário*, a revista *Marie Claire* e a *Magazine Artes*.

## Dos Anos 1960 à viragem de 1974

- 7 Maria Teresa Horta inicia a carreira profissional, em 1968, no projecto *A Capital*, num vínculo que atravessará todo o marcelismo, prolongando-se até à mudança de regime inaugurada em 25 de Abril de 1974. A poetisa já tinha, contudo, travado alguns contactos preambulares com órgãos jornalísticos, com apenas 19 anos, através da publicação de poemas no jornal *República*. A razão da escolha do vespertino como primeiro palco de lançamento da sua poesia terá sido motivada pelo perfil republicano e pró-democrático em que a escritora sempre se reviu, uma vez que o *República* se diferenciava dos demais diários pela sua defesa dos ideais republicanos e democráticos (Correia e Baptista, 2007, p. 112). Segue-se uma colaboração do mesmo tipo com o *Diário de Lisboa*, enquanto ainda era revisor dos CTT e tendo já frequentado a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde não chegaria a concluir a licenciatura em Histórico-Filosóficas. O *Diário de Lisboa* tinha como característica, à semelhança do jornal *República*, procurar manter uma linha editorial de índole democrática (Correia e Baptista, 2007, p. 162), a que acrescia uma outra

- a sua feição cultural. É no *Diário de Lisboa*, afirma, que conhece Mário Neves, então director-adjunto do periódico, que marcará a carreira jornalística de Teresa Horta – que ainda hoje o identifica como a sua grande referência do jornalismo: “muito do que aprendi no jornalismo foi graças a ele” (Oliveira, s.d.).
- 8 Findos estes contactos iniciais nas publicações referidas, de onde guarda as memórias de “ser tratada como uma menina” (Ent. MTH), a sua carreira jornalística desponta, como se disse, com o projecto *A Capital*, por convite precisamente de Mário Neves, que saíra, juntamente com Norberto Lopes, do *Diário de Lisboa* em situação de litígio (Correia e Baptista, 2007, p. 193). O vespertino será, para Maria Teresa Horta, o verdadeiro marco inaugural de um percurso profissional que se estenderá por várias décadas.
- 9 *A Capital* oferecia um contexto aberto, “invulgar na maioria das redacções portuguesas”, na análise de Correia e Baptista, que evocam como ilustrativo o episódio da celebração com champagne, na redacção, aquando da morte de Salazar (2007, p. 200). Terá sido, até à Revolução dos Cravos, o periódico que “mais contribuiu, em termos absolutos, para o aumento da representação feminina nas redacções portuguesas”, para além de apresentar um corpo redactorial jovem (Correia e Baptista, 2007, p. 209). A mesma informação é confirmada por Ana Cabrera, realçando que *A Capital* “foi o jornal que mais mulheres empregou e foi quem mais contribuiu em termos absolutos para este aumento de representação feminina nas redacções – 7 em 1971, 11 em 1972, 7 em 1973 e 10 em 1974” (2006, p. 173). A abertura à mudança e à renovação geracional encontra eco na afirmação de Mário Neves, citado por Daniel Ricardo: “Queremos fazer de *A Capital* uma escola de jornalismo” (2009, p. 61). Maria Teresa Horta acredita que tal, de facto, aconteceu: “*A Capital* fez realmente uma escola jornalística” (Ent. MTH). A cultura do jornalismo de então tinha, como padrão formativo, a designada “tarimba”.
- 10 Maria Teresa Horta integra a fundação do jornal, apesar da imposta separação de espaços entre si e os demais colegas: “nos primeiros tempos não estava na redacção d’*A Capital*”, relata a jornalista (Ent. MTH).
- Havia um quarto no fundo d’*A Capital* que era do gráfico, e eu tinha a minha redacção nesse quarto, juntamente com a Isabel da Nóbrega. A Isabel, de facto, não era jornalista, tinha uma crónica; mas eu era, estava a fazer o suplemento *Literatura e Arte* (Ent. MTH).
- 11 A separação de espaços vigente não impunha a absoluta proibição de contacto, conta Teresa Horta. Contudo, a circulação no espaço redactorial, quase todo masculino, pressupunha-se breve e limitada ao necessário: “Tínhamos um lugar numas salinhas lá dentro, numas secretariazinhas, e depois íamos levar as coisas à redacção e saíamos rapidamente porque não tínhamos direito a estar lá” (Teles, 2005).
- 12 Narra que, quando confrontou o então chefe de redacção, José Maurício de Oliveira, sobre as razões do imposto distanciamento, este lhe respondeu que “mulheres na redacção, não, porque os jornalistas falam muito mal”, acrescentando que, perante a presença feminina, os homens ficariam “contidos, contrariados, e depois não eram tão espontâneos” (Ent. MTH). Maria Teresa Horta retorquiu com humor: “Disse-lhe: ‘Lá em casa, quem fala mal sou eu; o meu marido fala muito bem, não usa calão. Eu falo pessimamente’” (Ent. MTH). Noutro contexto, expõe a mesma situação: “Nunca fui protegida em lugar nenhum, neste caso em jornal nenhum. Senti-me, isso sim, marginalizada, olhada ora com condescendência ora com desconfiança”.
- 13 E continua:

Não nos podemos esquecer que, mesmo já em 1968, quando o jornal *A Capital* começou a ser publicado, as poucas jornalistas contratadas pelo seu director Norberto Lopes pelo subdirector Mário Neves, entre as quais eu me incluía, não tinham lugar na redacção. As secretárias onde trabalhávamos encontravam-se numa outra divisão. (...) E nada do que eu disse refutando esse argumento o convenceu do contrário (Vasconcelos, 2012).

- 14 A situação mudou conforme as chefias, revelando uma certa arbitrariedade no tratamento da integração feminina nas redacções dos jornais. “Quando Rogério Fernandes assumiu a posição de chefe de redacção”, afirma, “passei a estar juntamente com os outros jornalistas; a minha secretária ficou junto das outras” (Ent. MTH). Foi, sublinha, a iniciativa de Rogério Fernandes que permitiu a inclusão feminina. Posteriormente, no período em que Rodolfo Iriarte – que recorda como amigo, apesar das hostilidades geradas no ambiente redactorial – sucede a Rogério Fernandes como chefe de redacção, conta ter sido novamente excluída. “A minha secretária foi posta na secção do Estrangeiro”, o que identifica como “uma situação muito humilhante”, “porque eu não tinha nada a ver” com o espaço destinado (Ent. MTH). Lembra, no entanto, a imensa solidariedade entre colegas, e a forma como minimizaram o peso da ostracização: “eles tornaram aquilo numa festa, (...) eu era tão bem recebida. (...) Acho que hoje aquilo não se passaria; havia de facto uma solidariedade entre os jornalistas, que era uma das coisas mais bonitas” (Ent. MTH). Posteriormente foi ainda transposta, juntamente com Rogério Fernandes, para um espaço destinado aos dois jornalistas e que foi rotulado de “quarto da contaminação” – uma vez que a visita dos colegas fazia com que estes “ficassem debaixo de olho” por parte das chefias (Ent. MTH).
- 15 A jornalista, que em paralelo tinha colaborações pontuais com o jornal *O Século*, recorda daí a proibição absoluta de entrada no lugar redactorial: “No 25 de Abril, as mulheres não entravam, sequer, na redacção d’*O Século*. Tinham que falar com o contínuo para falar com os homens que lá estavam” (Teles, 2005). Relata-nos que inclusivamente um dia depois da Revolução de Abril ainda lhe negaram a entrada na redacção.
- 16 A narrativa de Maria Teresa Horta poderia ser parte dos testemunhos que se encontram na literatura relativa ao período em questão. A viragem democrática operada pelo 25 de Abril de 1974 não veio, de facto, desbloquear impedimentos legais no acesso à profissão de jornalista, já que não havia qualquer proibição legal ao exercício do jornalismo por mulheres. Este, ao contrário de outras profissões – como a magistratura, a carreira diplomática e a chefia na administração local (Pimentel, 2011, p. 59) –, não era interdito à prática feminina. Nem era alvo, ao contrário de outros cargos e figurinos profissionais a que eram associadas restrições parciais – como a proibição de contrair matrimónio imposta às enfermeiras dos Hospitais Cívicos e às hospedeiras da TAP ou as dificuldades impostas à realização do casamento de professoras primárias –, de qualquer proibição ou penalização legalmente prevista. O que havia era uma imposição por costume no meio jornalístico, onde o *retrato-robot* era o do homem branco de meia-idade e pouca escolaridade. As redacções eram consideradas lugares por excelência masculinos, regidos por liberdades exclusivamente masculinas – como os horários tardios, o uso do vernáculo e o estilo de vida boémio.
- 17 A retórica dissuasora do recrutamento feminino fazia uso de diversos argumentos: que a sua presença impediria os homens de falar livremente, expressando-se na linguagem grosseira e recheada de palavrões que afamava o jornalismo; que lhes seria difícil cumprir horários nocturnos (como fazer uma senhora chegar a casa de madrugada, depois de um ‘piquete de fecho’, quando não havia transportes públicos

- e os jornalistas não ganhavam o suficiente para comprar automóvel ou pagar táxis? ); que não seriam capazes de enfrentar a dureza do trabalho, sobretudo em situação de reportagem; ou que elas próprias não gostariam de frequentar uma profissão de boémios e noctívagos, com pouco prestígio social e modestas regalias financeiras (Correia e Baptista, 2007, p. 382).
- 18 A lógica de diferenciação e hierarquização dos sexos que imperava na política pedagógica e no discurso público encontrou eco nas redacções, verificando-se a demarcação de lugares próprios para mulheres em muitas delas, e, numa outra escala, situações de absoluta segregação: “algumas das mulheres que colaboravam com órgãos de comunicação social não iam sequer às redacções senão para entregar os textos” (Ventura, 2012, p. 114). Com estas situações de dissociação não camuflada coexistiam, porém, situações de maior diplomacia, em que, “no mesmo espaço redactorial, as mulheres eram educadamente encaminhadas para uma sala à parte, ou para um canto da redacção” (*idem*). A demarcação de espaços, de lugares próprios de pertença e actuação, sublinhava o estatuto de alteridade – e menoridade – da mulher jornalista; contudo, surgia com frequência sob a roupagem retórica da protecção face à rudeza dos gestos, hábitos e linguagem dos seus pares masculinos. Não obstante, outras vezes era assumido o desconforto e a limitação que as mulheres representavam à normalidade quotidiana dos homens entre si.
- 19 N’A *Capital*, Maria Teresa Horta assumiu quase de imediato a coordenação do suplemento *Literatura e Arte*, cujo modelo embrionário foi legado de Álvaro Salema, tendo este abandonado o jornal cerca de dois meses depois do início do projecto editorial. Depois de uma “passagem de testemunho” auxiliada por Mário Neves, cuja “confiança absoluta” investiu a escritora da liderança do suplemento, Maria Teresa Horta adoptou-o com autonomia. A poetisa identifica o *Literatura e Arte* como um dos grandes marcos do seu caminho trilhado no jornalismo: “havia uma estrutura primeira, mas depois transbordou, e o transbordar foi meu” (Ent. MTH).
- 20 E o “transbordar” que Maria Teresa Horta apresenta como seu tornou, de facto, o suplemento *Literatura e Arte* num pólo de colaboração de expoentes da literatura portuguesa, como José Saramago, Natália Correia, Ary dos Santos, António Gedeão, Maria Isabel Barreno, Alexandre O’Neill ou Mário Cesariny, entre muitos outros. De facto, “A *Capital* conseguiu ser um jornal estimulante e, ao nível dos suplementos, extremamente ambicioso e inovador” (Correia e Baptista, 2007, p. 200), o que, no caso concreto do *Literatura e Arte*, se traduziu numa referência incontornável no jornalismo cultural da época. Maria Teresa Horta assinava a crónica *Quotidiano Instável*, herdada dos tempos do *Diário de Lisboa*, e cuja continuidade assegurou por sugestão de Mário Neves, que também lhe propôs a fixação de um título para as crónicas. A poetisa apresentava ainda artigos de crítica literária, e foi igualmente no suplemento que cunhou um traço próprio e pessoal na realização de entrevistas. Maria Teresa Horta recorda o elogio a si dirigido por Mário Neves, quando este lhe disse “espero daqui a muitos anos ler as suas entrevistas, e que elas continuem a ter a espontaneidade e a inventiva, relacionada com a sua inventiva literária, que têm hoje” (Ent. MTH).
- 21 Foi também enquanto coordenadora do suplemento *Literatura e Arte* que Maria Teresa Horta enfrentou verdadeiramente o jugo da censura, já que,
- sujeita, como todos os outros órgãos de informação, o teatro, o cinema, os livros e até as letras das músicas que os cegos cantavam nas ruas, ao lápis azul, sempre rigoroso e frequentemente estúpido, dos oficiais da censura, *A Capital* não podia

- noticiar o que de verdadeiramente relevante se passava no País e no mundo”, escreve Daniel Ricardo, também na qualidade de antigo jornalista d’*A Capital* (2009).
- 22 A jornalista recorda que, enquanto colaboradora do *República* e do *Diário de Lisboa*, a experiência da censura havia sido indirecta e mediada:
- não era eu que tinha que falar directamente com os coronéis da censura”. Ao que acrescenta: “foi no jornal *A Capital*, onde já era jornalista efectiva, que se deu a minha experiência efectiva nesta matéria (Azevedo, 1999, pp. 138, 139).
- 23 Afirma que, graças à “natureza cultural e literária” do suplemento *Literatura e Arte*, “e por este ter como colaboradores muitos nomes conhecidos como pessoas de esquerda”, acontecia que “a censura estivesse sempre muito atenta ao seu conteúdo” (Azevedo, 1999, p. 139). Considera que a censura era exercida, “de um modo geral”, por “pessoas muito incultas” (*idem*). Elege, a este respeito, e como episódio ilustrativo da amputação profissional imposta pela figura dos censores, a ocorrência em torno de um poema de António Ramos Rosa, poeta vinculado ao suplemento *Literatura e Arte*, com a publicação semanal e remunerada de um poema – caso inédito na imprensa portuguesa. Teresa Horta salienta a resposta do censor, quando confrontado pela escritora face aos quatro versos reprovados pela censura: “minha senhora, o poema é grande, tem muitos versos, ainda fica com tantos!” (Ent. MTH). Menciona, também, a resposta recebida quando retorquiu alegando a inocuidade do poema: “então vão para as ruas gritar que a poesia é uma arma, e agora diz que é só poesia?”, disse-lhe o censor, numa alusão clara aos movimentos contestatários movidos por figuras como Ary dos Santos e que elogiavam a produção poética como forma de intervenção social. “Eu, o Ary dos Santos, a Natália Correia, íamos dizer poesia, e foi aí que nasceu o slogan ‘a poesia é uma arma!’” (Ent. MTH).
- 24 O episódio citado não constitui excepção, assevera:
- Isto repetia-se semanalmente: as provas vinham cortadas com o lápis azul, eu telefonava para o coronel, lá lhe dizia: mas então que é isto, o que é que se passa para cortarem a Natália Correia, o David Mourão Ferreira, enfim, todos, uns mais, outros menos, que vinham mutilados” (Azevedo, 1999, p. 139).
- 25 A reclamação era geralmente infrutífera: “Era humilhante e muitas vezes não conduzia a nada, porque eles, regra geral, não anulavam a proibição nem levantavam os cortes parciais. Mas obviamente tinha que protestar” (*idem*).
- 26 O país ficcionado, monolítico, das páginas dos jornais, coexistia com o relato mudo, nas margens do texto, dos implícitos e das palavras adivinhadas. O relato de Teresa Horta encontra eco na produção académica, e nos testemunhos de quem, como a poetisa, enfrentou a lógica censória:
- Os códigos que circulavam nas entrelinhas, nos espaços de folga onde por vezes a respiração do texto se sintonizava com a do mundo, estabeleciam finas linhas de entendimento entre jornalistas e leitores, fios de seda quase invisíveis (Correia e Baptista, p. 80).
- 27 Realça um certo efeito anímico que a censura instaurava, afirmando que era na escrita jornalística que se “sentia coagida, porque era uma censura directa, imediata, antecipada, susceptível de atrasar ou até de impedir a saída do jornal” (Azevedo, 1999, p. 140).
- 28 A realidade da censura é lembrada pela jornalista como “a mais penalizante”, “atentatória à liberdade interior do jornalista”, e como o grande bloco de terror que enfrentou ao longo das várias décadas de exercício jornalístico. “É perverso, humilhante, castrador, (...) tentar encontrar uma maneira ínvia de dizer, escrevendo nas entrelinhas” (Ent. MTH). Particulariza, contudo, o caso do *Literatura e Arte*: “É preciso ter em consideração que no suplemento cultural ninguém escrevia nas entrelinhas, até porque os escritores não

estavam habituados a isso” (Azevedo, 1999, p. 139). Tal levava a que “as crónicas ou reportagens que fazia para *A Capital* fossem coisas terríveis, porque nunca iria pedir a um escritor, que entrevistava, para ter cuidado com o que dizia. Mas, por outro lado, sentia-me sempre aterrada, com medo de que aquilo não sáísse ou fosse seriamente mutilado” (Azevedo, 1999, p. 140).

- 29 O exercício de controlo e branqueamento da realidade pela censura foi conhecido por Maria Teresa Horta não apenas na qualidade de profissional mas também enquanto sujeito, agente da realidade, objecto da (não) notícia: nenhum repórter foi destacado do jornal onde então trabalhava, *A Capital*, para fazer a cobertura do processo das “Três Marias”. A atenção mediática da imprensa estrangeira contrastou com a mudez do próprio órgão de comunicação a que então pertencia. Isabel Ventura, a este respeito, escreve que o processo das “Três Marias” “atingiu repercussões estrangeiras nunca antes observadas num caso de censura em Portugal”, o que contrastou com o abafamento noticioso interno (2012, p. 80). Maria Teresa Horta afirma, neste sentido, que

embora os meus colegas estivessem solidários comigo, no sentido político (ou por serem meus amigos), por exemplo, sabiam que eu não podia ir à redacção nos dias do julgamento; o meu director nunca enviou um jornalista para cobrir o evento (*idem*).

- 30 Apesar de reconhecer que “a censura não deixaria passar”, Maria Teresa Horta lamenta: “seria uma forma de marcar uma posição e de mostrar solidariedade. A imprensa estrangeira estava lá, os meus colegas não” (Ventura, 2012, p. 78).

- 31 A condição de mulher num ofício dito de homens não a fez granjear qualquer condescendência por parte da censura. “Pelo contrário, muitas vezes chegavam a dizer-lhe ‘Escolha outra profissão. Tem um filho, não tem? Porque não vai para casa tratar dele?’”, relata Ventura. E prossegue: “Maria Teresa Horta afirma mesmo que os censores eram mais severos com as mulheres do que com os homens, por não tolerarem que as mulheres assumissem cargos de direcção” (2012, p. 172).

- 32 Maria Teresa Horta tem memórias vivas da censura, que conheceu duplamente, nos campos jornalístico e literário:

Eu vivi duas espécies de censura, muito diferentes, mas ambas profundamente vexatórias para os autores: a censura prévia do jornalismo e a censura *a posteriori*, a censura literária que era geralmente exercida após a publicação dos livros (Azevedo, 1999, p. 139).

- 33 Aos mecanismos institucionais de controlo acrescentou-se um clima persecutório difuso, imediatamente após a publicação do livro *Minha Senhora de Mim*. Recorda, assim, os telefonemas insultuosos que recebia insistentemente na redacção d’*A Capital*:

A Menina Olívia, que era a telefonista, tinha de fazer a triagem dos telefonemas. Em frente à minha secretária estava a do Rogério Fernandes, ela passava algumas chamadas para o Rogério e ele passava para mim, e recusava algumas (Dias, 2013, p. 37).

- 34 A doença grave que sofreu em 1973, e que se arrastou por longos meses, determinou o seu afastamento presencial das redacções. Antes disso, várias pressões para o seu despedimento tinham já contribuído para que se visse proibida de assinar, na sequência da publicação das *Novas Cartas Portuguesas*.

- 35 Maria Teresa Horta evoca a espiral de influência institucional sobre *A Capital*, em 1972, para o seu despedimento, situação apenas impedida e desbloqueada pela intervenção de David Mourão-Ferreira, seu amigo próximo. Ao saber da ingerência governativa na

direcção do jornal com vista à demissão da jornalista, o poeta ameaçou divulgar o acontecimento e recusar o Grande Prémio de Poesia, que lhe seria entregue pelo Secretariado Nacional de Informação. Temendo a projecção e as repercussões prováveis, pela solidariedade expectável entre figuras da resistência e da cultura, as instâncias governativas recuaram na obrigação do despedimento, impondo apenas que o nome da jornalista não voltasse a constar nas páginas da publicação (Azevedo, 1999, pp. 144-145).

## Período jornalístico pós-25 de Abril

- 36 A nova situação profissional, que se seguiu ao derrube da ditadura, com a abolição do exame prévio, não se apresentou isenta de problemas, nem constituiu a resolução, imediata e linear, de todas as formas de iniquidade ou controlo, sublinha a jornalista.
- 37 Maria Teresa Horta dá conta da dificuldade sentida na adaptação a uma nova estrutura discursiva, desimpedida da camuflagem da denúncia, desobrigada da inspecção censória, finalmente libertada do peso e da medida impostos pela lógica da imprensa amordaçada. “De repente, queríamos escrever tudo”, conta-nos em entrevista Maria Teresa Horta, que vislumbra na transição para a imprensa em democracia os desafios da auto-disciplina e da autónoma gestão da possibilidade do excesso. A ausência de mecanismos de bloqueio extrínsecos e a procura de novos critérios para a construção discursiva da informação foram, em si mesmos, um processo tempestuoso.
- 38 O horizonte profissional do jornalismo testemunharia, contudo, outras mudanças, nas quais se inscreve o percurso jornalístico da individualidade em estudo, indissociável do jornalismo cultural. Se a conjuntura profissional nos anos 60 testemunhava ainda “o reconhecimento do capital simbólico do escritor” (Gomes, 1999, p. 182), realidade estável até ao advento da democracia em Portugal, apesar do condicionamento exercido sobre a produção literária, tal reconhecimento encontrou desafios no exercício do jornalismo no novo contexto político. Problematizando este eixo de mudança, escreve Rui Telmo Gomes que,
- para além dos limites então encontrados quanto à autoridade intelectual do escritor, o protagonismo deste veio deparar-se, por um lado e poucos anos depois, com a emergência de novas instâncias intermediárias entre a produção intelectual e a esfera pública (1999, p. 183).
- 39 Tal ruptura, agudizada na década de 80 com a emergência de publicações como o *Jornal de Letras* e a *Revista do Expresso*, às quais se juntou, já em 1990, o jornal *Público*, alimentou um certo tipo de abordagem profissional na divulgação literária. A erosão da autoridade do escritor caminha a par da “centralidade dos jornalistas enquanto intermediários” (*idem*), contribuindo para o desuso da figura do jornalista/escritor (Gomes, 1999, p. 195). Assim, se os suplementos culturais eram, até ao início da década de 80, assegurados por “protagonistas literários” (*idem*) – como foi o caso do *Literatura e Arte* –, a tendência subsequente foi para o esbatimento de tal aglutinação.
- 40 Teresa Horta só assumirá um projecto jornalístico de corpo inteiro, após a viragem democrática em Portugal, com o lançamento da revista *Mulheres*. No período que medeia as duas datas – 1974 a 1978 – optou por várias colaborações, de que são exemplo o jornal *Expresso* e a coluna “Livros, Autores, Leituras”, na revista *Flama* – à época em que era chefe de redacção Edite Soeiro, e numa colaboração que manteve até 1976. Assume ainda, em 1975, por sugestão de Maria Alda Nogueira, uma página semanal dedicada à temática feminina no jornal *O Diário*, publicação financiada pelo Partido Comunista Português

(PCP), que integrou depois da Revolução de 1974 e do qual se desvinculou catorze anos depois. Será a partir daí, relata, que germina a ideia de um projecto de maior latitude, no formato de revista.

- 41 A concepção da revista *Mulheres* é, portanto, partilhada com Alda Nogueira, membro do PCP na clandestinidade, que havia enfrentado nove anos de prisão e que pertenceu ao Comité Central do Partido Comunista entre 1957 e 1988. A idealização da revista assumiu como único referente remoto a revista *Modas e Bordados* – fundada em 1912 e extinta em 1977, em consequência da extinção do jornal *O Século*, e dirigida por Maria Lamas entre 1928 e 1947 –, sobretudo no seu formato final, com início em 1975, quando passou a designar-se *Mulher, Modas e Bordados*.
- 42 Com redacção estabelecida no espaço da sede do Movimento Democrático de Mulheres, movimento no qual Maria Teresa Horta nunca se filiou, a revista *Mulheres* nasce em Maio de 1978, com periodicidade mensal e como propriedade da Editorial Caminho. Maria Teresa Horta interpreta a assunção e financiamento do projecto editorial pelo PCP como muito mais do que um gesto eleitoralista de apelo ao voto feminino: a revista seria expressão da “consciência da força das mulheres” por parte do partido (Ent. MTH). O plano da revista passava por um verdadeiro “trabalho político”, afirma Teresa Horta. Interpreta o financiamento do projecto como resultado de dois factores: por um lado, “o partido estava interessado na luta unitária, queria uma revista unitária, não partidária”; por outro, “porque dentro do partido havia a Alda Nogueira, que era uma feminista”. Acrescenta que “o partido sempre trabalhou com as mulheres operárias”, e que “muitas das mulheres operárias não eram do PCP” – pelo que, especula, “talvez fosse esse o lado que o partido esperava que nós percorrêssemos”. Contudo, a sua posição, e a direcção que imprimiu na revista, não corresponderam a tal feição unidimensional: para si, “o unitário, numa revista que é publicada numa cidade, em Lisboa, não é só ir ao Alentejo, por exemplo”. Para Teresa Horta, “trabalho unitário é feito em relação às leitoras da revista” – e estas, afiança a jornalista, “eram sobretudo mulheres que já tinham uma certa consciencialização política”. “A revista ia preencher um espaço muito grande de entendimento dos sentimentos das mulheres”, afirma (Ent. MTH).
- 43 *Mulheres* foi, inicialmente, um projecto de cariz pessoal, onde a concepção e execução dos conteúdos eram maioritariamente assumidas por si, segundo afirma. Este projecto editorial pode ser considerado o grande capítulo da carreira jornalística de Maria Teresa Horta.
- 44 O primeiro número da revista contempla um pequeno manifesto de apresentação e uma declaração de intenções, onde se afirma “somos mulheres a tentar entabular um diálogo aberto, fraterno, vivo e lúcido, com todas as mulheres portuguesas”. A proposta assumida não assenta numa linha partidária, associativa ou classista, mas tem como escopo o universo de todas as mulheres do país. Era para esse universo, e não para um grupo particular, que a publicação em análise se propunha ser “o pensamento”, “a voz”, “a escrita”, “o quotidiano”, “a força”. A ideia de condição comum é reafirmada: “Nós, que enquanto mulheres conhecemos na carne, todas as humilhações, todas as cruezas, todas as injustiças, todas as violências” – condição esta de que a revista prometia ser veículo de expressão. Mas, mais do que o relato, a voz, a narrativa das mulheres, o primeiro número de *Mulheres* afirma o propósito de se constituir como um dispositivo de mudança, um meio de empoderamento das mulheres: “tentaremos (...) abrir novos caminhos, encontrar novas pistas, outras soluções para as suas vidas” (*Mulheres*, Maio de 1978).

- 45 O primeiro número surge tendo como directora Maria Lamas e como chefe de redacção Maria Teresa Horta – cargo que manterá até Fevereiro de 1989, aquando da interrupção da publicação da revista. Maria Lamas, na altura já com idade avançada, teria pouca ingerência na produção da revista: “era apenas mentora do projecto” e “foi raras vezes à redacção”, afirma-nos presencialmente a poetisa, sendo que o facto de ter sido nomeada directora reflectiu mais “uma homenagem” e uma atribuição simbólica do que o investimento de uma efectiva responsabilidade. Nos primeiros tempos, esta ficou, quanto à execução da revista, a cargo quase exclusivo da escritora: “basicamente, eu era chefe de redacção e directora” (Ent. MTH).
- 46 Os onze anos de vida da revista *Mulheres* permitiram a Maria Teresa Horta a realização de entrevistas a grandes vultos femininos do universo literário, político e cultural: Marguerite Yourcenar, Marguerite Duras, Maria Bethânia ou Maria de Lourdes Pintasilgo foram algumas das entrevistadas. Ao mesmo tempo, permitiram-lhe “estar mais próxima da mulher real”, “de contactar com as trabalhadoras” (Oliveira, s.d.). A publicação, que a autora considera ter sido “a única revista feminista do país”, representou realmente um modelo divergente do padrão comum e comercial das revistas femininas e alternativo a este – revistas que, critica, “apenas reforçam estereótipos”, “não põem em causa, não questionam, não perguntam, não alertam”, sendo “que era isso que fazia a revista *Mulheres*” (*idem*).
- 47 Maria Teresa Horta recusa liminarmente o exercício de militância no jornalismo quando interrogada sobre o investimento depositado, por mais de uma década, numa publicação que a própria apelida de feminista, com um assumido móbil de intervenção social. Sublinha ter posto “o jornalismo ao serviço da verdade”, e responde, quando interpelada sobre a significação da escolha de mulheres como interlocutoras, das obras femininas como objecto de divulgação, e da questão feminina como empreendimento jornalístico, “nunca vi isso como militância, mas como uma forma de correcção social” (Ent. MTH). “Aquilo que eu pretendo na minha vida não é instrumentalizar ninguém”, afirmou-nos em entrevista. Aquilo a que chama tentativa de “correcção social” no exercício do jornalismo fundamenta-se num diagnóstico tecido relativamente ao discurso jornalístico e à produção noticiosa. Maria Teresa Horta considera que, à imagem do que se verifica nos universos económico, social, comunicacional e epistemológico, o jornalismo tem ainda os seus parâmetros, valorativos e operativos, feitos à medida do homem: “a construção social foi feita pelo homem, à medida dele” (Oliveira, s.d.). O jornalismo não será imune a tal estrutura falocêntrica, considera a poetisa, embora reconheça que já “há menos desequilíbrio do que aquele que havia” (*idem*). Tal desequilíbrio será observável, pensa, tanto nas instâncias produtoras da informação, nas estruturas laborais e nas rotinas produtivas do jornalismo como nos textos mediáticos. “Não há directores mulheres. Há menos chefes de redacção, menos editores. E os jornais políticos e económicos são muito masculinos”, afirma a escritora (*idem*). Invoca, discorrendo sobre o tema, o conhecimento técnico de quem esteve décadas ligada à produção jornalística: “tudo o que é sobre as mulheres tem menos importância; surge na página par e raramente na página ímpar, que é a mais lida” (Ent. MTH). Maria Teresa Horta defende, por conseguinte, que um projecto jornalístico erguido sobre a realidade de género não manifesta um exercício de militância, mas tão-só uma necessária compensação do silêncio, da secundarização a que as mulheres e os seus temas específicos estariam sujeitos.

- 48 A “qualidade da revista” *Mulheres* ter-se-á revelado, de acordo com Manuela Tavares, “não só pela qualidade da escrita, como pelos temas abordados” (2011, p. 218). A transversalidade temática e a elegância literária das abordagens foram, de facto, traços distintivos da publicação. A recepção da revista por parte de figuras de destaque da cultura portuguesa é indicativa de tais predicados – algo que a recolha de testemunhos, no número do quinto aniversário, permite confirmar. “A revista *Mulheres* é no nosso país uma das vozes mais constantes na sua persistente e original afirmação da identidade das mulheres”, afirmava Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), a única mulher a desempenhar o cargo de primeira-ministra em Portugal, em 1979. O mesmo tom de aplauso era manifestado por Natália Correia (1923-1993) – destacada escritora portuguesa do século XX, que assumia a direcção literária da editora Estúdios Cor aquando da publicação das *Novas Cartas Portuguesas* –, ao afirmar que “a revista *Mulheres* é exemplarmente cultural”. Surgia ainda citada, na revista do quinto aniversário, a actriz Maria de Medeiros (n. 1965), referindo-se a *Mulheres* como “um meio de informação com que as mulheres podem contar e onde vêem tratados assuntos que lhes dizem respeito e que normalmente não são tratados noutros meios de informação” (Tavares, 2011, p. 219).
- 49 A linha editorial da revista *Mulheres* passou, de facto, por um diálogo crítico com a cultura popular, fazendo uso de figuras icónicas de uma certa mitologia cinematográfica e televisiva, e daí partindo para uma análise de costumes e mentalidades. A desmontagem dos quadros mentais vigentes e das visões estereotipadas sobre os géneros a partir das produções culturais coexistia com uma feição mais erudita, onde rubricas de história e literatura tinham espaço próprio permanente. Quadros temáticos tão diversos como saúde, sexualidade feminina, literacia jurídica e informação laboral figuravam na revista. Contudo, esta não deixava de fazer concessões ao perfil mais tradicionalista da cultura feminina, sendo possível encontrar em quase todos os números artigos sobre moda, decoração ou bordados, ainda que marginais na globalidade da publicação. Era, sem dúvida, uma revista cultural, mas sem pretensões a ficar encerrada nos meios académicos, intelectuais e literários.
- 50 Maria Teresa Horta recorda a desvalorização que a revista e as suas profissionais sofriam perante os seus pares: “Quando íamos para alguma conferência de imprensa, éramos humilhadas, os colegas passavam-nos à frente”, confessa (Oliveira, s.d.).
- 51 O financiamento da revista pelo aparelho político do PCP gerou um conflito, por vezes extremado, com a escritora: Maria Teresa Horta lembra que a elaboração de cada número equivalia a momentos de tensão com os responsáveis políticos e administrativos da revista, que identifica como avessos a posições feministas consideradas radicais e sobretudo a questões relativas à sexualidade, que eram grande motivo de incómodo. No entender da poetisa, persistiam códigos conservadores, dentro da própria esquerda, relativamente às questões do corpo, da moral sexual e do prazer feminino. O PCP veria com incómodo, conta Maria Teresa Horta, a exploração de tais temáticas: a questão feminina seria lícita, mas apenas quando aglutinada à questão operária, e inserida no quadro analítico mais lato da opressão intrínseca ao capitalismo. A desigualdade de género, subsumida na desigualdade de classes, não deveria ser totalmente autonomizada nem assumir contornos de tratamento como aqueles que a jornalista privilegiava na revista, relata: “Estive quase quinze anos no Partido Comunista, e sei a luta que tive lá dentro, até porque era Chefe de Redacção de uma revista de mulheres do Partido. Foi tremendo!” (Teles, 2005).
- 52 E concretiza:

Tudo o que dizia respeito à sexualidade não podia passar, não se devia falar, e eu, que nunca deixei de dizer que era feminista, fui sempre extremamente hostilizada, houve sempre uma luta surda – e para o fim já não surda – exactamente porque era feminista.

- 53 Afirma que as ideias feministas “eram tidas como ideias burguesas e pouco de esquerda” (*idem*).
- 54 As afirmações proferidas por Maria Teresa Horta encontram sustentação num quadro de análise em que  
a grande divergência entre a perspectiva marxista, adoptada internacionalmente pelas correntes do feminismo comunista e socialista, e o que essa perspectiva designava por ‘movimento feminista burguês’, prendia-se com essa premissa de fundo de que a luta das mulheres deveria ser pensada como parte integrante da luta do proletário (Gorjão, 2002, p. 130).
- 55 Terá sido sobre estas premissas que o PCP se terá ocupado “acima de tudo das ‘filhas do povo’, num afunilamento da discussão da condição feminina em função da esfera do trabalho e dos direitos das trabalhadoras” (*idem*). Assim, “foram duas as questões reflectidas pelos comunistas portugueses: a dos direitos da mulher trabalhadora e a introdução plena das mulheres na vida política” (Gorjão, 2002, p. 131). Neste sentido, Maria Teresa Horta refere a reacção do Partido às declarações elogiosas, já citadas, patentes no quinto número da revista: provindas de figuras exteriores ao PCP, sem vínculo de militância, permitiram um diagnóstico da má orientação de *Mulheres*, “porque eram burguesas” (Ent. MTH).
- 56 A poetisa apelida como tempos de “guerrilha” os da ingerência nos conteúdos da revista por parte dos dirigentes partidários e a subsequente constante negociação da sua parte. A tensão permanente foi radicalizada em vários episódios, dos quais é exemplo a reprimenda gerada em torno de um número de Agosto: “saiu uma fotografia, que para nós simbolizava Agosto, de uma menina com dois, três anos, nua, a correr perto do mar”, lembra a escritora. A imagem da nudez gerou polémica: Maria Teresa Horta recorda o telefonema em que Alda Nogueira lhe comunicou “a intersindical esteve para não abrir por causa da fotografia da mulher nua, e a direcção do partido quer falar convosco”. Outro, de semelhante registo, foi o episódio em que se discutia a possibilidade de publicação de uma fotografia de uma parturiente dentro de água, ilustrativa de uma reportagem sobre a modalidade do parto na água. Perante a situação terão sido convocadas as mais altas instâncias para decidir – Teresa Horta refere que foi o próprio Álvaro Cunhal a dar aval à fotografia. Por último, a poetisa lembra o título gerador de escândalo, depois de uma entrevista ao cantor brasileiro, “Falo de Ney Matogrosso”, onde a forma verbal teria sido confundida com uma alusão fálica, causadora de repúdio pelo Partido e de embaraço no seio deste (Ent. MTH).
- 57 Terá sido, garante a escritora, a mesma atitude de vigilância e controlo que levou à colocação, em Março de 1981, da então jornalista do *Avante!*, Helena Neves, como subdirectora da revista – posteriormente designada directora, em 1983, por ocasião da morte de Maria Lamas. “O Partido Comunista achou que eu era muito feminista, e então considerou que devia ter alguém que me controlasse”, afirma (Oliveira, s.d.), apesar de reconhecer que Helena Neves se harmonizou absolutamente com a orientação feminista que Teresa Horta imprimia à revista.
- 58 O encerramento temporário da publicação, que não terá sido motivado directamente por nenhum episódio, acontece em Fevereiro de 1989, e, segundo a própria, teria como propósito exclusivo o seu afastamento. Facto é que foi oferecida sequência ao projecto

editorial, ainda no mesmo ano, sob o título *Mulheres Magazine*. Maria Teresa Horta atribui a suspensão da revista, e a sua conseqüente exclusão, ao seu “conflito com o PCP”, reflexo do incômodo que teria causado a uma “esquerda puritana”: “sou uma mulher completamente livre, e não tenho nada a ver com moralismos” (Ent. MTH). Sobre o encerramento definitivo da revista, escreve Manuela Tavares que “mais do que uma medida financeira foi uma opção política por parte de quem, não conseguindo controlar o seu conteúdo, tinha preconceitos em relação ao feminismo, não entendendo a sua dimensão, para além da luta de classes, neste caso concreto o PCP” (2011, p. 220).

- 59 Tais conservadorismo e atitude de imiscuição na produção de conteúdos jornalísticos contribuíram, afirma a escritora, para a ruptura posterior com o Partido. Quando questionada sobre as razões que a levaram a abandonar o PCP, diz:

Recuso-me a aceitar, também, que dentro do PCP nada pudesse ser feito contra a intransigência, a intolerância, a mentalidade retrógrada, limitada, o moralismo mesquinho, ignorante.” E remata: “Assim como a tentação da censura...” (Cantinho, 2004).

Desvinculação que, contudo, não a impede de afirmar “hoje continuo a achar que a democracia só existe por causa do Partido Comunista (Ribeiro, 2014).

- 60 Perante a interrupção da revista *Mulheres*, Maria Teresa Horta aceita a transferência para o jornal *O Diário*, publicação também do PCP, que a poetisa recorda como uma das melhores memórias do exercício da profissão. A ingressão na equipa d’*O Diário* é lembrada como um tempo de “aventura”, em que se tentou “abrir o jornal às pessoas” quando era director António Borga. Lembra que o período do jornal se pautou por uma profunda reformulação, a que se refere como “a *perestroika* d’*O Diário*”, e lamenta o encerramento da publicação: “acabaram com o jornal *O Diário* como acabaram com a revista *Mulheres*” (Ent. MTH). A jornalista ficará até ao fecho do matutino, em 1990.

- 61 Temporariamente em situação de desemprego, assume no mesmo ano a colaboração com o *Diário de Notícias*, cuja subdirectora, a jornalista e escritora Helena Marques, mantinha com Maria Teresa Horta um vínculo de amizade desde os tempos d’ *A Capital*. O espaço semanalmente reservado a entrevistas e crítica literária irá prolongar-se até 2007, quase duas décadas depois do seu início. Terá sido no contexto do *Diário de Notícias* que se terá passado, relata Teresa Horta, um dos episódios mais expressivos de discriminação e de censura das suas posições feministas. A propósito da comemoração dos cinquenta anos volvidos sobre a publicação de *Le Deuxième Sexe* (1949), a direcção do jornal decidiu enviar uma correspondente a Paris, o que foi comunicado à jornalista. A notícia foi recebida com surpresa e incômodo por Teresa Horta, que os justifica: “eu, que tinha a história que tinha com a Simone, que a tinha entrevistado; depois do apoio que a Simone de Beauvoir tinha dado no processo relativo às *Novas Cartas*, não fui considerada como opção”. Ao invés, enviaram, de acordo com o relato da jornalista, uma profissional absolutamente alheia às questões de género. Teresa Horta relata os contornos da situação: “ligaram-me de véspera para perguntar se havia alguma tradução portuguesa do *Le Deuxième Sexe*, porque ela nunca o tinha lido”. Recorda ainda os detalhes do ambiente na redacção, onde a antecipação da cobertura em Paris foi discutida entre colegas num tom de total ridicularização do feminismo e da efeméride. Comentários como “vais entrevistar as feministas?”, “não, credo!”, “vou falar com outras, para ver o que dizem” terão sido feitos na presença de Maria Teresa Horta (Ent. MTH). Neste sentido, refira-se a afirmação de Ventura: “mais do que qualquer outra jornalista portuguesa, Maria Teresa Horta é conotada com o feminismo, o que impede que a vejam para além da feminista” (2012, p. 171) – o que suscitaria, em diversos pares profissionais, “a ideia preconcebida de que

qualquer pergunta que ela faça está directamente relacionada com as suas convicções pessoais” (*idem*).

- 62 Em paralelo com o *Diário de Notícias*, Maria Teresa Horta acumulou participações em diversos órgãos de imprensa, de índole tao variada quanto a revista feminina *Marie Claire* e a *Magazine Artes*. A publicação feminina, com a qual colaborou a convite de Inês Pedrosa, que então assumia funções de directora, recebia mensalmente um espaço de crítica feminista intitulado *Dossier Mulheres*, metamorfoseado posteriormente em *Diários*. Nas duas a cinco páginas ocupadas, encontravam-se pequenas sínteses noticiosas, relativas à posição das mulheres no trabalho, nas estruturas religiosas e no tecido social, de âmbito nacional e internacional. Incluíam-se, também, referências a obras de mulheres, numa rubrica designada “Os livros delas”, prolongando, em certa medida, uma linha temática característica da revista *Mulheres*. Eram ainda submetidos a análise determinados costumes e práticas sociais com vista à revelação do sexismo persistente mesmo em estádios de organização social onde a equidade de género encontrava já garantias legais. Existia ainda a rubrica “O machista do mês”, que Maria Teresa Horta lembra como “uma prática de desobediência, de insubordinação” (Ent. MTH), para a qual eram eleitos e onde eram citados homens com exposição mediática que tivessem proferido algum juízo considerado misógino pela jornalista. Vasco Pulido Valente e Miguel Esteves Cardoso, por exemplo, figuram entre os que receberam o título.
- 63 O vínculo jornalístico com a *Magazine Artes*, autoproposto e isento de remuneração, merece menção, já que foi o único conteúdo editorial direccionado à crítica literária de obras cuja autoria era exclusivamente feminina – um horizonte de trabalho ambicionado, mas não plenamente adoptado, no *Diário de Notícias*. Foi sobretudo tal oportunidade – de abraçar o que Maria Teresa Horta designa como “crítica de género” –, a par da consideração profissional nutrida por Pedro Teixeira Neves, director da revista, e pelo próprio projecto editorial, que motivou a jornalista a tal vinculação. O espaço assumido na *Magazine Artes*, intitulado *As Minhas Leituras*, iniciado em Maio de 2006, é apresentado pela jornalista: “De dois em dois meses passarei a falar das minhas leituras neste espaço, dos livros que vou preferindo. Tentarei analisá-los, mostrando o que neles me agradou, quer pela ficção inovadora, quer pela diferença, quer pela contenção ou excesso de beleza ou isolamento esquivo”. O primeiro número elege uma das suas excelsas referências, Virginia Woolf, com *Um Quarto Só Para Si*, a par de Katherine Mansfield, com *O Insustentável Peso da Solidão*, e de Iris Murdoch, com *O Mar, O Mar*.
- 64 O afastamento do *Diário de Notícias*, em 2007, foi ditado, relata, por um conjunto de circunstâncias que interpreta como detentoras de expressão política, e que a fizeram recorrer à Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Reitera, conclusivamente, que a sua voz e presença foram quase sempre incómodas para os quadros das chefias.
- 65 O fim do itinerário jornalístico é marcado pela aceitação da proposta do *Jornal de Negócios*, numa coluna dedicada à realização de entrevistas, e que abandonou com vista à dedicação exclusiva à escrita de *As Luzes de Leonor* – projecto que a absorveria por treze anos, e que culminou na publicação de um longo romance aplaudido pela crítica. O adeus ao jornalismo deixou saudades, assegura: “ainda hoje acordo a pensar que vou para as redacções” (Ent. MTH). Como balanço, guarda a certeza de que, perante uma profissão feminizada, as mulheres “que entram hoje nos jornais julgam que isto foi sempre assim, e não é verdade. Foi preciso muito trabalho e muita luta” (Teles, 2005).

## Considerações conclusivas

- 66 Na revisitação ao percurso jornalístico de Maria Teresa Horta, cumpre-nos destacar o modelo alternativo de imprensa feminina para que este aponta, orientação cuja manifestação mais expressiva reside, pensamos, na revista *Mulheres*. Muito crítica, já o referimos, quanto ao padrão comum e comercial das revistas femininas, que acusava de reforçarem visões grosseiras da feminilidade, a jornalista empenhou-se na edificação de uma imprensa para mulheres que actuasse no sentido da ponderação reflexiva das desigualdades, da promoção dos direitos cívicos e reprodutivos e da mais fiel e plural representação mediática do feminino. Tal empreendimento levanta, por si só, o questionamento da definição da imprensa para mulheres, do papel exercido e do potencial encerrado por esta.
- 67 Na procura de uma coerência com tal empenho na edificação de uma imprensa para mulheres crítica, questionadora, fundada na compreensão das leitoras enquanto sujeitos políticos e não – apenas – enquanto consumidoras, é possível discernir uma compreensão mais lata dos *media* por parte de Maria Teresa Horta. A jornalista cuja trajectória aqui traçámos entendeu os meios de comunicação enquanto efectivos agentes de socialização, intuindo as radicações ideológicas e as projecções valorativas das mensagens mediáticas.
- 68 Tal problematização convoca o sentido dado por Teresa Horta à consideração da sua prática jornalística, ancorada no domínio temático da condição das mulheres e motivada por um intento de “correção social”. Para a autora, não se trata de um posicionamento profissional enviesado, mas de confronto com o próprio viés social e de combate a este, plasmado nas diversas construções sociais, e que enfermaria, por maioria de razão, também o discurso jornalístico. O jornalismo hortiano, marcado – ainda que, pensamos, irreduzivelmente – pela ambição discursiva da “correção social”, suscita assim questões fulcrais, que importa recuperar: é a denúncia das assimetrias sociais um exercício de militância, ou integra o próprio *ethos* do jornalismo?; que papel assume, enfim, o género na cultura jornalística?.
- 

## BIBLIOGRAPHY

Azevedo, C. (1999) *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*. Lisboa, Editorial Caminho.

Barreno, M.I., Horta, M.T., Costa, M.V; Amaral, A.L., (org.). (2010[1972]) *Novas Cartas Portuguesas – Edição Anotada*. Lisboa, Dom Quixote.

Cabrera, A. (2006) *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa, Livros Horizonte.

Cantinho, M.J. (2004) *À Conversa com Maria Teresa Horta*. [internet] Disponível em: <http://www.storm-magazine.com/novodb/arqmais.php?id=261&sec&secn> [Consult. a 10 de Novembro 2013]

- Correia, F., Baptista, C. (2007) *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa, Caminho.
- Dias, A.S. (2013) *Maria Teresa Horta. Eu sou a minha Poesia*, in *Ler*, Novembro.
- Fiadeiro, M.A. (2003) *Maria Lamas – Biografia*. Lisboa, Quetzal Editores.
- Garcia, J. L. (org.), (2009) *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*. Lisboa, ICS.
- Gomes, R. T. (1999). Da crítica aos críticos: as secções de livros como configuração do jornalismo cultural. *Fórum Sociológico*, 1/2: 181 - 201.
- Gorjão, V. (2002) *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Neves, H., Calado, M. (2001) *O Estado Novo e As Mulheres. O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência.
- Oliveira, A.F. (s.d.) Proíbam-me e eu incandesço, in *Cadernos de Jornalismo da Universidade de Coimbra*. [Internet] Disponível em: <http://cadernosdejornalismo.uc.pt/00/14-18.pdf> [Consult. a 10 de Novembro 2013]
- Pimentel, I.F. (2011) *A Cada Um O Seu Lugar. A Política Feminina no Estado Novo*. Lisboa, Temas e Debates.
- Ribeiro, A. M. (2014) Não aceitaria (um prémio) de ninguém deste Governo nem do Presidente da República, in *WeekEnd, Jornal de Negócios*, 11 de Abril de 2014.
- Ricardo, D. (2009) 'A Capital.'Contestação pelo Sensacionalismo. *Clube de Jornalistas*. [Internet] Disponível em: [http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37\\_53\\_Capital.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37_53_Capital.pdf) [Consult. a 10 de Novembro de 2013]
- Subtil, F. (2009) Anotações sobre o Processo de Feminização da Profissão de Jornalista na Década de 1990. In José Luís Garcia, (org.). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*. Lisboa, ICS: 93-108.
- Tavares, M. (2011) *Feminismos. Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa, Texto Editores.
- Teles, V. (2005) *Maria Teresa Horta*. [Internet] Disponível em: <http://www.viriatoteles.com/net/livros/contas-a-vida/maria-teresa-horta> [Consult. a 10 de Novembro 2013]
- Vasconcelos, H. (2012) A luz incandescente de Maria Teresa Horta. *Ípsilon, Público*. [Internet] Disponível em: <http://ipsilon.publico.pt/livros/entrevista.aspx?id=302028> [Consult. a 10 de Novembro 2013]
- Ventura, I. (2012) *As Primeiras Mulheres Repórteres*. Lisboa, Tinta-da-China.

## NOTES

1. Considerada a proximidade das datas, optámos por não diferenciar os excertos citados. Estes surgem referenciados ao longo do texto como “Ent. MTH”.

---

## ABSTRACTS

O presente artigo tem como propósito a reconstrução do percurso jornalístico de Maria Teresa Horta, cuja pertinência se justifica pela dimensão da obra literária, a par da marca insuprível que imprimiu no feminismo em Portugal. Procuraremos, num itinerário expositivo da sua cronologia profissional, desvelar os contextos de exercício ocupacional, os conselhos editoriais que integrou, as publicações e os pares profissionais que conheceu. A partir da narrativa da autora de *Minha Senhora de Mim*, tentaremos dar conta das especificidades das várias estruturas de *media* e dos desafios e problemas impostos ao longo das várias décadas de prática jornalística. Para tal, estabelecemos uma divisão fundamental no texto, respeitante ao período que antecedeu a Revolução de Abril de 1974 e àquele que lhe sucedeu. Procuraremos, finalmente, sublinhar a dimensão do género na sua vivência jornalística.

*The present article aspires at reconstructing the journalistic career of Maria Teresa Horta, whose relevance is justified by the dimension of her literary legacy, along with the contribution given to the feminist movement in Portugal. Through an expository itinerary of her professional chronology, we will endeavour to unveil the context of her exercise of this profession, the editorial structures she was part of, her publications and her professional peers. Building from the professional narrative of the author of Minha Senhora de Mim, we will attempt to account for the specificities of different media structures and the challenges and problems Maria Teresa faced during the multiple decades that she practised journalism. To this end, we have created a fundamental separation in the text, between the period running up to the April 1974 Revolution and the period thereafter. Finally, we will aim to underline the gender dimension in the journalistic experience of Maria Teresa Horta.*

## INDEX

**Keywords:** Maria Teresa Horta, journalism, feminism, gender, women's magazines

**Palavras-chave:** jornalismo, feminismo, género, imprensa

## AUTEUR

**MARIA JOÃO FAUSTINO**

Instituto Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Mjcpfaustino@hotmail.com